

O lugar residencial na cidade do Porto: a territorialização social do espaço urbano¹

Cláudia Rodrigues

claudiambrodrigues@gmail.com

CES - FEUC - FCT | DI.APDES | RECI²

Resumo

Na exploração da relação entre o desenvolvimento do espaço urbano e a espacialização social na cidade do Porto, identificaram-se três espaços-tempos, materializados em territórios, que contam a segregação habitacional e marginalização urbana nesta cidade:

- i. A cidade muralhada - absorvida pela designação ‘centro histórico’ - a partir da qual a cidade se desenvolve e se densifica. De cidadela, este território passou por dinâmicas de densificação e de desertificação, estando, atualmente, a ser retomado por via de uma renovação urbana de tendência gentrificadora.
- ii. A ‘ilha’, cuja própria designação indicia isolamento, constitui uma tipologia habitacional, formal e informal, de baixa renda; ela é o símbolo de uma produção espacial decorrente essencialmente do êxodo rural e da industrialização. A proliferação, exiguidade e salubridade deste espaço habitacional torna as centenas de ilhas da cidade alvo de políticas de erradicação e/ou invisibilização social, acompanhadas por subtis ou violentos processos de realojamento. Atualmente a ‘ilha’ ainda constitui um objeto de problematização, no entanto, começa a ser contemplada como património arquitetónico da cidade e a inscrever-se numa agenda de requalificação urbana atrativa a novos utilizadores/moradores.
- iii. O bairro social, que traduz claramente o crescimento periférico da cidade e a espacialização social daí decorrentes, lugar que possui um inquestionável peso simbólico na produção coletiva da cidade, revelador da verticalização e hegemonia do ‘fazer’ habitação social.

Estes espaços-tempos constituem-se como lugares sujeitos a uma recorrente marginalização e periferização simbólicas e/ou materiais, e/ou geográficas, são, então, lugares que escrevem a história da cidade na sua produção socio-espacial.

Abstract

In the exploration of the relation between the development of the urban space and the social spatialisation in the city of Porto, we have identified three space-times that portray the housing segregation and the urban marginalisation in this city:

¹ Este artigo tem como ponto de partida e sustentação o Mestrado da autora em Psicologia e Educação Ambiental de título: “O Porto Desigual e a transação entre personagens e lugares: o Centro Histórico, a ‘Ilha’ e o Bairro Social”. ISPA: Lisboa.

² Doutoranda em Cidades e Culturas Urbana pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES) & Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), bolseira da Fundação Ciência e Tecnologia (FCT) | Coordenadora do DI.APDES – Departamento de Investigação da Agência Piaget para o Desenvolvimento | Membro da RECI – Research Unit in Education and Community Intervention.

- iv. The walled city – absorbed by the definition “historical centre” – from which the city develops and densifies itself. From a citadel, this territory went through dynamics of densification and desertification and is now experiencing an urban renovation with a gentrifying character.
- v. The *ilha*, whose designation indicates isolation³, constitutes a formal/informal housing typology with low rent; it is the symbol of the spatial production essentially caused by the rural exodus and industrialisation. The proliferation, exiguity and healthiness of these housing space turns all the city’s *ilhas* into targets of eradication and social invisibility, accompanied by subtle or violent processes of re-housing. Currently, the *ilha* is still an object of problematisation; however, it is gradually being perceived as the city’s architectural heritage and a target of attractive urban requalification that appeals to new users/inhabitants.
- vi. The projects, which are clearly associated with the peripheral expansion of the city and the resulting social spatialisation. A place that possesses an undeniable symbolism in the collective production of the city and reveals the verticality and hegemony of “creating” social housing.

These space-times are places influenced by recurring symbolic and/or material and/or geographical marginalisation and peripherisation; they are, therefore, spaces that write the city’s history in its social-spatial production.

Produção do espaço e marginalização social

Pode dizer-se que a espacialização social, o atributo social do território urbano é tão antiga quanto a cidade. Nas cidades antigas, a organização do espaço recriava simbolicamente uma ordem cósmica, nas das cidades modernas a organização social recria quer a ideologia dos grupos e instituições que dominam uma sociedade, quer a dinâmica de forças de mercado.

Etimologicamente ‘marginal’ remete para a dicotomia centro-periferia, a margem é o que se distancia do centro. Um primeiro registo da marginalidade é, pois, o registo físico/topográfico, no sentido da distância e da materialidade (Vant, 1986)⁴. Para além disso, a noção de periferia relaciona-se com formas desiguais de ocupação e distribuição dos grupos sociais no espaço, sendo que a periferia pode ser periférica face a certos espaços e central face a outros (Guerra, 1994)⁵. A periferia não se refere pois somente ao registo

³ [ilha (PT) <=> island (EN)]

⁴ VANT, André. “Géographie sociale et marginalité”. In: VANT, A. (Dir.), **Marginalité sociale, marginalité spatiale**. Paris, Editions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1986, p. 13-25.

⁵ GUERRA, Isabel. “As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas”. In: **Sociedade e Território**. Lisboa, 1994, n. 20, p. 11-16.

topográfico; o *gueto*, a *slum* podem estar localizados no centro geográfico ainda que afastados da centralidade social (Bailly, 1986)⁶.

A história dos modos de organização do espaço urbano associa-se a dinâmicas socioeconómicas e destrezas de poder específicas. A atuação de forças ideológicas e socioeconómicas orienta quer a produção material do espaço, quer a sua produção simbólica atuando, assim, no desenvolvimento do espaço urbano e sustentando a reprodução de marginalização social. O desenvolvimento urbano e a produção de cidade a ele subjacente, trata de arrumar territórios, pessoas, lugares, grupos por um processo de classificação social. Considera-se a marginalização como processo simultâneo de distância social e de diferença topo-física, sendo necessário, para a sua abordagem, um cruzamento entre topologia, história, sociologia e geografia dos lugares marginais (Rodrigues, 2002)⁷.

O espaço atua, e é campo de atuação social. Vários autores consideram o espaço urbano como meio de manipulação e de imposição de uma ideologia dominante.⁸ Henri Lefebvre (1991)⁹ salienta a relação entre a produção do espaço e os momentos dos modos de produção das sociedades. Para David Harvey (1992)¹⁰ as organizações e instituições dominantes usam o espaço hierárquica e simbolicamente criando-se espaços sagrados e profanos, manipulando, assim, um espaço que reflete estatuto e prestígio. Também para Manuel Castells (1977)¹¹ o espaço, campo de interação interpessoal e social, assume configurações particulares de acordo com o momento técnico-social onde é desenvolvido. Para o autor, um dos processos pelos quais a espacialização social ao nível habitacional se

⁶ BAILLY, Antoine. "L'émergence du concept de marginalité: Sa pertinence géographique". In: VANT, A. (Dir.), **Marginalité sociale, marginalité spatiale**. Paris, Editions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1986, p. 48-53.

⁷ RODRIGUES, Cláudia. **O Porto Desigual e a transação entre personagens e lugares: o Centro Histórico, a 'Ilha' e o Bairro Social**. Lisboa, ISPA, 2002.

⁸ Eg. CHOMBART DE LAUWE, Paul-Henry. **Des hommes et des villes**. Paris: Payot, 1965; CASTELLS, Manuel. **The urban question**. London, Edward Arnold, 1977; LEFEBVRE, Henry. **The production of space**. London: Blackwell Publishers, 1991; REMY, Jean e VOYÉ, Liliane. **A cidade: Rumo a uma nova definição**. Porto, Edições Afrontamento, 1994; HARVEY, David. **Urbanismo y desigualdad social**. Madrid, Siglo Veintiuno de España Editores, 1992.

⁹ Idem.

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem.

efetua diz respeito a um mecanismo fortemente seletivo ao nível de renda que condiciona as oportunidades no acesso ao mercado privado.

A tradução espacial da segregação associa-se aos fenómenos de proximidade e de distância social (Grafmeyer, 1995)¹². A espacialização social para Shields (1991, 1997)¹³ serve como referente de análise da produção do espaço, designando um processo contínuo de elaboração simbólica do espaço. “[S]paces are not only overcoded, but physical space itself is 'produced' via classification schemes with various (ideological) divisions as good and bad areas; ours and theirs; this place and that place; spaces and places for this or that” (Shields, 1997, p.192). Assim sendo, a evolução histórica da sociedade e os seus modos de produção influencia o espaço urbano, as suas dinâmicas e as vivências.

Como alertam autores como Chombart de Lauwe (1965)¹⁴ e Lefebvre (1972, 1991)¹⁵, é essencial não se naturalizar as segregações urbanas. A segregação e/ou marginalização não constituem atributos *naturais* do desenvolvimento da cidade. Um outro alerta, ou nível de vigilância crítica e prática, diz respeito às políticas e práticas que impulsionam o desenvolvimento urbano; elas devem ter em conta a comunicação entre a população e o poder, entre a população e os criadores e fazedores de cidade e espaço urbano.

A personagem urbana também produz, ou contraproduz o espaço, na sua *poësis* urbana. Assume-se, com Henri Lefebvre (1991)¹⁶, que todas as sociedades e todos os modos de produção produzem o seu próprio espaço não obstante, a personagem urbana é também produtora de espaço. Aliás, o direito à cidade preconizado por Henri Lefebvre (1972)¹⁷ denuncia o domínio capitalista na produção do espaço, defendendo o abandono da ideologia urbanista produtivista e uma (nova) apropriação - individual e coletiva - do espaço urbano.

¹² GRAFMEYER, Yves. **Sociologia urbana**. Mem Martins, Publicações Europa/América, 1995.

¹³ SHIELDS, Rob. **Places on the margin: Alternative geographies of modernity**. London, Routledge, 1991; SHIELDS, Rob “Spatial stress and resistance: Social meanings of spatialization”. In: BENKO, Georges e STROHMAYER, Ulf (Eds.). **Space & social theory. Interpreting modernity and postmodernity**. London, Blackell Publishers, 1997, p. 186-202.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Idem; LEFEBVRE, Henry. **Le droit à la ville (suivi de) Espace et politique**. Paris, Anthropos, 1972.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem.

Os espaços-tempos aqui identificados traduzem-se em lugares que, como sublinha Chaline (1997)¹⁸, acolhem populações urbanas onde a insegurança económica, a inacessibilidade à integração e as carências habitacionais se evidenciam. São lugares de segregação e marginalização na cidade, produzidos socialmente como inseguros, como foco e fonte de degradação social e moral e onde moram grupos sociais que se distanciam da normatividade e dos quais esta se deve afastar (Fernandes, 1994; Machado, 2000)¹⁹. São lugares que integram o imaginário coletivo enquanto territórios acossados (Fernandes, 1994)²⁰. Se topograficamente estes lugares podem ser periféricos ou centrais, socialmente são periféricos.

O centro histórico, a ilha e o bairro social, reconhecidos aqui enquanto espaços-tempos do desenvolvimento urbano da cidade, representam e congregam diversos lugares de vida que durante determinado momento ou período histórico ou ao longo da história da cidade - atravessando décadas ou até séculos - se constituem como cristais da marginalização e espacialização social e se enraízam como tal na cidade.

O Centro Histórico

O atualmente designado e classificado Centro Histórico do Porto (UNESCO, 1996) remete, na sua historiografia, às épocas romana e medieval (ver Figura #1, Planta Redonda do Porto e Zona Classificada pela UNESCO, 1996, como Património da Humanidade).²¹ “Aqui encontram-se intervenções planeadas ou não, permitindo o seu estudo desde a Idade Média até à Revolução Industrial” (PGCHPPM, 2008, p.45)²². A cidade do Porto, também pela sua situação topográfica de porto do Rio Douro, sempre foi

¹⁸ CHALINE, Claude. **Les politiques de la ville**. Paris, Presses Universitaires de France, 1997.

¹⁹ FERNANDES, Luís. “Topografia urbana do medo: «Os espaços perigosos»”. **Revista do Ministério Público**, Lisboa, 1994, n. 59, p. 11-27; MACHADO, Carla. **Discursos do medo, imagens do 'outro'. Estudos sobre a insegurança urbana na cidade do Porto**. Braga, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2000.

²⁰ Idem.

²¹ Existiram na cidade duas muralhas: a Muralha Primitiva ou Muralha românica e a Muralha Fernandina.

²² PGCHPPM. **Plano de Gestão: Centro Histórico Porto Património Mundial**, PortoVivo, SRU, Porto: Câmara Municipal do Porto, 2008.

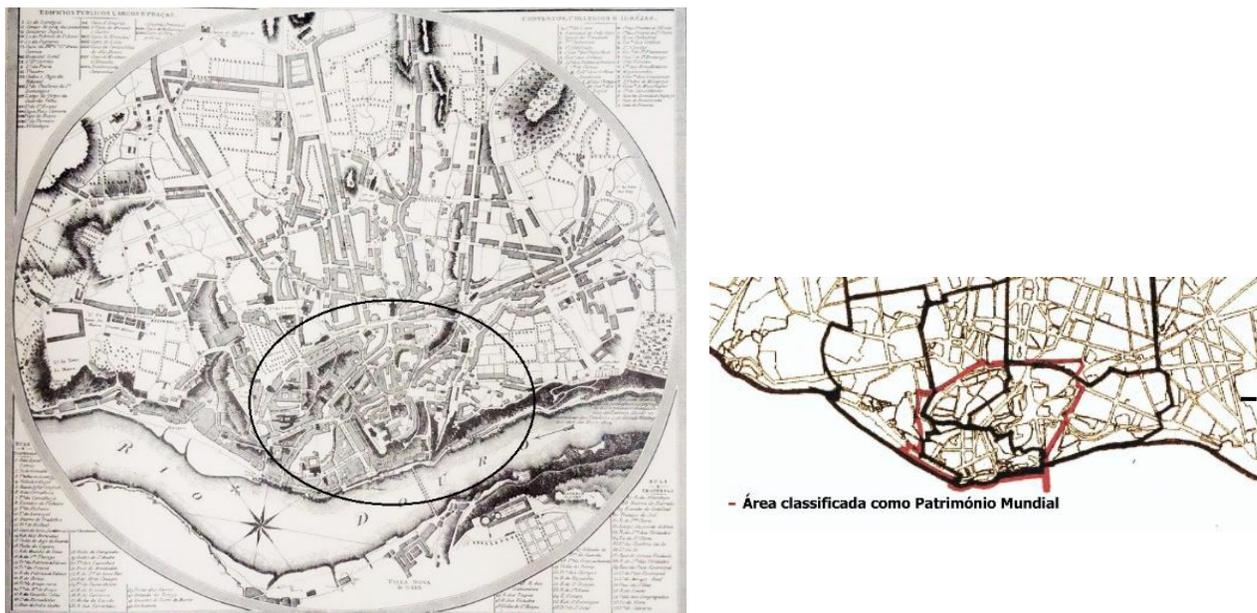
uma cidade devotada ao comércio, mesmo depois do significativo desenvolvimento industrial.

A cidadela é formada por ruas estreitas e íngremes que se adaptam organicamente à topografia difícil da cidade. O edificado e população do Porto está confinado, até meados do séc. XVIII²³, a pequenos e densos quarteirões de estrutura medieval, intramuralhas (ver Figura #1).

É deste Porto que a cidade parte.

O centro medieval integra as freguesias da Sé, S. Nicolau e Vitória, sendo que, durante o séc. XVIII e XIX, novas freguesias são sucessivamente integradas na divisão administrativa da cidade. O burgo medieval desenvolve-se a partir de dois polos urbanos a zona ribeirinha (Ribeira do Porto) e o morro da Sé (PGCHPP, 2008)²⁴, que constituem, pode dizer-se, territórios a partir dos quais a cidade e o seu espaço urbano se expande e, ao mesmo tempo, são o ponto de partida no desenvolvimento de lugares incómodos na cidade e um analisador da reprodução incomodidade urbana; são pois o ponto de partida de uma segregação socio-espacial que perpassa décadas e séculos.

Figura #1 O Porto, Planta Redonda de George Balk (1813) + Área Classificada como Património Mundial



²³ Sublinhe-se que é também por esta altura que é levantada a interdição aos nobres em instalar-se na cidade.

²⁴ Idem.

Área da cidade do Porto classificada como
Património Mundial da Humanidade pela UNESCO em 1996
Adaptado de Câmara Municipal do Porto, 1996: p.37

Atribui-se a João de Almada - governador civil e militar - e ao seu filho Francisco Almada, as primeiras iniciativas formais de desenvolvimento urbano na cidade. João Almada é um dos principais impulsionadores da fundação da Junta de Obras Públicas oficializada por carta régia em 1763.²⁵ É na designada época almadina que a cidade rompe com as muralhas, iniciando o seu processo de expansão e urbanização.²⁶ Esta Junta pode ser considerada como o primeiro organismo dedicado ao desenvolvimento urbano, formalizando, assim, o urbanismo na cidade. Em 1784 a Junta elabora o Plano de Melhoramentos, considerado o seu primeiro Plano Geral da cidade, que prossegue, seguindo os preceitos da renovação urbana, na estimulação do crescimento extra muralha, abrindo novas ruas, rompendo com a malha urbana, conquistando e apropriando terrenos ainda não construídos ou urbanizados. “Abrem-se grandes rasgos nas muralhas, traçam-se as ruas que, fora de muros, reforçam os eixos de ligação com o Norte, constroem-se os edifícios que trazem o poder económico dos novos empreendedores” (Alves Costa, et al., 1979, p.18)²⁷. Numa orientação para o enobrecimento da cidade, a abertura sucessiva de novas ruas constituíram os eixos da instalação da burguesia na cidade do Porto e triplica a sua área urbana. Forma-se uma Baixa que sobe e se descentraliza do Rio e do Centro Medieval, ficando estas áreas devotados à habitação precária e à ocupação pelas classes laboriosas e de baixa renda, consolidando então o processo de espacialização social.

Apesar de não se lograr afirmar que houve uma “revolução industrial” no país, o desenvolvimento industrial que se inicia sobretudo a partir dos meados do século XIX tem

²⁵ A data da fundação deste organismo é difícil de determinar pois, apesar de já em atividade, a Junta passa por vários meandros até a sua formalização.

²⁶ Pode dizer-se que esta Junta de Obras Públicas tem o apadrinhamento de Marquês de Pombal e segue a sua agenda de desenvolvimento urbano para Lisboa, que responde à destruição daquela cidade no terramoto de 1755, concretizado um plano colossal de renovação da cidade. Ver FERRÃO, Bernardo José. **Projecto e Transformação Urbana do Porto na**

Época dos Almadás, 1785/1813. Porto, FAUP Publicações, 1997.

²⁷ ALVES COSTA, Alexandre, SIZA, Álvaro, GUIMARÃES, Carlos, SOUTO MOURA, Eduardo e CORREIA FERNANDES, Manuel. “SAAL/NORTE: balanço de uma experiência”. **Cadernos da Habitação do Território Cidade/Campo**, 1979, 2, p. 16-60.

impactos visíveis nas cidades - nomeadamente em Lisboa e Porto, as cidades mais industrializadas do país – que resultam da deslocação das pessoas dos meios rurais para a cidade. Neste cenário, o crescimento demográfico na cidade do Porto nesta época é intenso - chegando mesmo, no final do século XIX a ser superior ao de Lisboa - e coloca a habitação no registo da problematização.²⁸

No séc. XIX, com o contínuo aumento da população, a muralha é em grande parte demolida e aumenta também a construção em altura (PGCHPPM, 2008)²⁹, sendo acrescentados, por exemplo, andares aos prédios burgueses. É numa ambiência Liberal e com a ascensão da burguesia mercantil, que reformas urbanísticas são levadas a cabo, começando em meados do séc. XIX a especulação fundiária (PGCHPPM, 2008)³⁰. Nesta intensificação da partida do campo para a cidade, o burgo densifica-se e satura-se rapidamente, colocando-se no campo da problematização social. No início do séc. XX, o cenário é de uma quase exponencial ocupação do centro histórico e sua densificação contínua.

É neste cenário de intensificação populacional que se desenvolvem e improvisam espaços de habitação de baixa renda. É neste burgo que emergem as ilhas, que o edificado existente é aumentado, remendado para albergar fragilmente as pessoas que chegavam à cidade e que sobrelotaram rapidamente a cidade intramuros. Aqui, a maioria das pessoas moram em situação de iminência habitacional, social, sanitária. Questões de salubridade e saúde pública colocam-se de imediato nesta área e tornam-se incontornáveis na política urbana principalmente com o surto da peste bubónica em 1899.

Em síntese, o centro medieval, no início do séc. XIX, é destino da emigração rural (Teixeira, 1996)³¹, inicia-se a sobreocupação do edificado antigo da cidade. “A população operária, oriunda de meio rural, começou por instalar-se no núcleo histórico, na Sé e na

²⁸ Ver FERREIRA, Vergílio. “Uma imensa espera de concretizações... Ilhas, bairros e **classes laboriosas** brevemente perspctivados a partir da cidade do Porto”. **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Sociologia**, 2003, série I, vol. 3, p. 139-148.

²⁹ Idem.

³⁰ Idem.

³¹ TEIXEIRA, Manuel. **Habitação popular na cidade oitocentista - As ilhas do Porto**. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian & Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996.

Ribeira, onde as elevadas densidades de ocupação do espaço deram lugar a uma intensa e rápida saturação da zona, originando as chamadas 'colmeias humanas' (Azevedo, 2000, s/p)³². O primeiro foco de densificação populacional da cidade é, assim, este centro medieval, que rapidamente fica saturado habitacionalmente iniciando uma trajetória pela marginalização urbana. É lá que se concentra velozmente a população que chega à cidade em busca de uma alternativa à vida carente das zonas rurais. É neste contexto que aparecem as ilhas, como forma de habitação de baixa renda contruída quer nas traseiras de habitações, quer em solos ainda não construídos. As ilhas são também elementos da 'colmeia humana' que constitui centro muralhado da cidade.³³

Aliás, e sublinhando o fato de a origem da espacialização social à origem da própria cidade, é incontornável aquando da mudança da população mundial - com o eclodir da industrialização e ao longo do século XIX e XX - de uma população rural para uma população essencialmente urbana o foco e problematização da cidade e da habitação que se orienta para a sua programação. Observa-se uma preocupação crescente com os espaços, com a sua identificação, classificação e ordenação, em consonância com o positivismo dominante à época; a segregação acompanha a divisão do espaço com fins de produção.³⁴ A cidade é, no final do século XIX, um terreno fértil de um espaço *bem dividido* socialmente, a espacialização social na produção do espaço urbano é nítida. No ocidente, nesta época, emergem, acompanhando a especialização das tecnologias produtivas, novas classes ocupacionais e sociais. Uma nova ordem social adota como indicadores determinados sinais exteriores, como a localização da residência, o tipo de vestuário, o tipo de discurso e a cor da pele (Van Vliet e Burgers, 1987)³⁵. A regulação social contempla a homogeneização de

³² AZEVEDO, Maria José. "Ilhas do Porto, a cidade oculta que persiste". In: CMP, **As Ilhas, as colónias operárias e os bairros de casas económicas**, 2000. Porto, Câmara Municipal do Porto, Pelouro de Habitação, Acção Social e Protecção Civil. *s/p*.

³³ Ver Pelouro de Habitação e Acção Social. **As Ilhas, as colónias operárias e os bairros de casas económicas**. Porto, Câmara Municipal do Porto, Pelouro de Habitação, Acção Social e Protecção Civil, 2000.

³⁴ "dans les banlieues proches, nous avons vu se concentrer parfois des représentants de la classe ouvrière qui paraissaient une menace pour les milieux aisés du centre de l'agglomération, d'où la dénomination du XIX ème siècle ou du Xxème siècle, «la banlieue rouge»" (Chombart de Lauwe, 1965, p.11).

³⁵ VAN VLIET, Willem e BURGERS, Jack "Communities in transition: From the industrial to the postindustrial era". In ALTMAN, Irwin e WANDERSMAN, Abraham (Eds.), **Neighbourhood and**

grupos sociais e consegue-o principalmente pela concentração em bairros de grupos sociais específicos tomando como indicadores por exemplo o estatuto profissional, o estatuto social e a etnia.

Pode dizer-se que se inicia aqui a segregação deste território urbano; o centro medieval e ribeirinho – o núcleo histórico - constituem-se como elementos primordiais e singulares na espacialização social na cidade do Porto, como o seu primeiro e persistente espaço-tempo de problematização do espaço urbano residencial. Aliás, os centros históricos, em contexto periférico ou central, constituem, nas últimas décadas, itens da agenda para as cidades. Sublinhe-se, no campo da intervenção contrária à reprodução de marginalização, no campo da reversão das condições de vida no núcleo histórico, as ações do Comissariado para a Renovação Urbana da Área da Ribeira/Barredo/Centro Histórico (CRUARB) e da Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto (FDZHP), ambos organismos atualmente inexistentes.

A FDZHP (1990-2008) tinha como objetivos melhorar a qualidade de vida da população que habita o núcleo histórico; promover o desenvolvimento local; melhorar as condições socio-urbanísticas do centro histórico, nomeadamente em questões de salubridade e conforto; promover a integração económica e social das famílias mais vulneráveis económica e socialmente; contribuir para a revitalização económica do centro histórico e revitalizar a cultura, as tradições e os modos de vida da população (Pelouro da Habitação e Acção Social, 1999)³⁶.

O CRUARB (1974-2003) foi criado pelo governo logo após a queda da ditadura com a revolução de 25 de Abril de 74, tendo passado em 1982 para o Município do Porto, permanecendo até ao início do século XXI como Projeto Municipal do Porto para a reabilitação urbana do centro histórico do Porto envolvendo as freguesias da Sé, S. Nicolau, Miragaia e Vitória (Pelouro da Habitação e Ação Social, 1999)³⁷. Atualmente a atuação neste nível está a cargo da SRU-Porto Vivo, que se inscreve num espírito de

community environments. Human behaviour and environment: Advances in theory and research. New York and London, Plenum Press, 1987, vol. 9, p. 257-290, 1987.

³⁶ Pelouro de Habitação e Acção Social. **Habitação Social no Porto.** Porto: Câmara Municipal do Porto, 1999.

³⁷ Idem.

neoliberalização do espaço, dirigida aos investidores privados e à privatização, à turistificação e gentrificação do núcleo urbano que traga para a cidade novos e nobres moradores e utilizadores...

Da intensa densificação e insustentabilidade consequente do núcleo histórico do Porto, segue-se a desertificação, estendida à Baixa, à parte central da cidade, e a atual revitalização e requalificação urbana que se orienta para a captação de novos habitantes e utilizadores, nomeadamente os turistas e pessoas cujo acesso ao mercado privado esteja facilitado, num sentido de enobrecimento da cidade. Refira-se porém que, se as tendências para a turistificação e gentrificação são visíveis nos dois polos iniciais do burgo, a Ribeira e a Sé, a maior parte da sua população, que continua a viver em situação de vulnerabilidade e estigmatização social, continua, na sua tradição de resiliência, a morar nas suas casas património, coabitando com as excursões turísticas, os passeios de barcos, as lojas de marca, o comércio *gourmet*...

As Ilhas

No Porto, durante o século XIX, as duas principais formas de habitação de baixa renda, que alberga essencialmente a classe laboriosa e quem chega do campo são a densificação do edificado antigo e a construção de ilhas que começa por volta de 1850. Assim, ilhas, semelhantes ao Cortiço brasileiro (Vaz, 1994)³⁸, surgem, como já referido, na segunda metade do século XIX enquanto hábil resposta ao êxodo rural consequente da crise agrícola e ao princípio da mudança da população essencialmente rural para uma população essencialmente urbana consequente do desenvolvimento industrial.

A construção das ilhas ajusta-se ao loteamento da cidade na época. Aliás, são diversos os fatores associados à emergência desta habitação característica. Manuel Teixeira (1996)³⁹ sublinha que a especificidade da forma, localização e implementação das ilhas tem como condições favoráveis a demolição da muralha (Fernandina) no fim do século XIX e o

³⁸ VAZ, Lillian Fessler. “Dos Cortiços aos Edifícios de apartamentos – A Modernização da moradia no Rio de Janeiro”. **Análise Social**, 1994, vol. XXIX (127), p. 581-597.

³⁹ Idem.

parcelamento da cidade, que se adapta organicamente a esta forma de habitação e os promotores. Este tipo de habitação surge como solução emergente adequada aos meios económicos dos seus habitantes (população operária vinda do meio rural), aos recursos financeiros dos construtores, bem como às condições espaciais em que foram desenvolvidas (Teixeira, 1996)⁴⁰.

A designação de ilha parece associar-se ao facto desta ser constituída por grupos de casas interiores a quarteirões cujo acesso é semelhante ao de uma habitação só; a pequena e média burguesia rapidamente descobre que pode usar os quintais ou terrenos traseiros das suas casas para construir pequenas habitações para alugar aos novos operários (Alves Costa et al., 1979)⁴¹. Também terrenos ainda não edificados são usados para a construção das ilhas, principalmente na área menos central da cidade e nas imediações das fábricas. Para além da burguesia, também para o funcionário intermédio do Estado era atrativo construir ilhas e alugar casas (Pinto, 2015)⁴². Assim, a ilha é formada por filas de casas de dimensões reduzidas e de um só piso, construídas nas traseiras das habitações burguesas - em zonas já objeto da expansão urbana do início do século - ou em terrenos sem qualquer construção prévia próximos dos focos industriais (ver Figura #2). Os lotes urbanos onde as ilhas se implantavam tinham aproximadamente 6 metros de largura e a área média ocupada era de 16m² por casa. As ilhas não possuem rede de águas nem de desgoto e as casas de banho são comuns.

Com materiais fracos, sem qualquer tipo de controlo e requisitos formais, sem condições de salubridade e, ainda menos de conforto, garantidas, torna-se apelativo, e seguindo o espírito liberal, construir rapidamente ilhas com casas acanhadas e explorar os novos habitantes e trabalhadores da cidade que a maior parte das vezes não possui recursos para explorar alternativas. Teixeira (1994, 1996)⁴³ defende que as ilhas obedecem a uma forma de segregação interior que ainda hoje é visível: elas constituíam lugares de

⁴⁰ Idem.

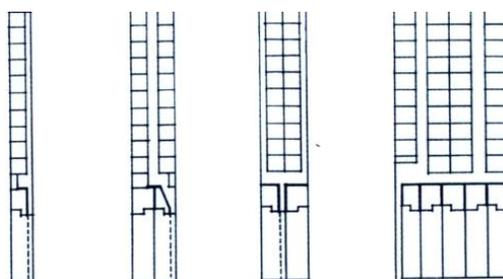
⁴¹ Idem.

⁴² PINTO, Jorge Ricardo. “As Ilhas do Porto” In. VÁZQUEZ, Isabel e CONCEIÇÃO, Paulo (coord.). **Ilhas do Porto: levantamento e caracterização**. Porto, Domus Social, 2015, p. 5-14.

⁴³ Idem.

'trabalhadores'; a população das ilhas era predominantemente de operários industriais e artesãos (68%), sendo a restante constituída por população trabalhadora com ocupações mal remuneradas na área do comércio e dos serviços. Assim, os recém-chegados à cidade confrontam-se com “uma situação de dupla exploração, na fábrica como operários e na vida urbana como inquilinos e consumidores” (Alves Costa et al., 1979, p. 19).⁴⁴

Figura #2 - Principais tipos de ilhas



Fonte: Teixeira (1996)⁴⁵

A ilha rapidamente se dissemina pela cidade (ver Figura #3), tornando-se a forma de alojamento dominante.⁴⁶ Entre 1868 e 1900, 65,5% do volume total de construção de habitação na cidade era preenchido pela construção de casas em ilhas (Teixeira, 1992).⁴⁷

Até final do século XIX a habitação de baixa renda era sobretudo proporcionada por privados, a partir dessa altura, e principalmente depois da eclosão da peste bubónica, o município começa a regulamentar a construção deste tipo de habitação, adquirindo ilhas camarárias. A ausência de salubridade e degradação do estado deste tipo de habitação

⁴⁴ A população aumenta em 46% de 1838 a 1864 (TEIXEIRA, Manuel. “A habitação popular no século XIX – características morfológicas, a transmissão de modelos: As ilhas do Porto e os cortiços do Rio de Janeiro”. *Análise Social*, 1994, n. 127, p. 555-580).

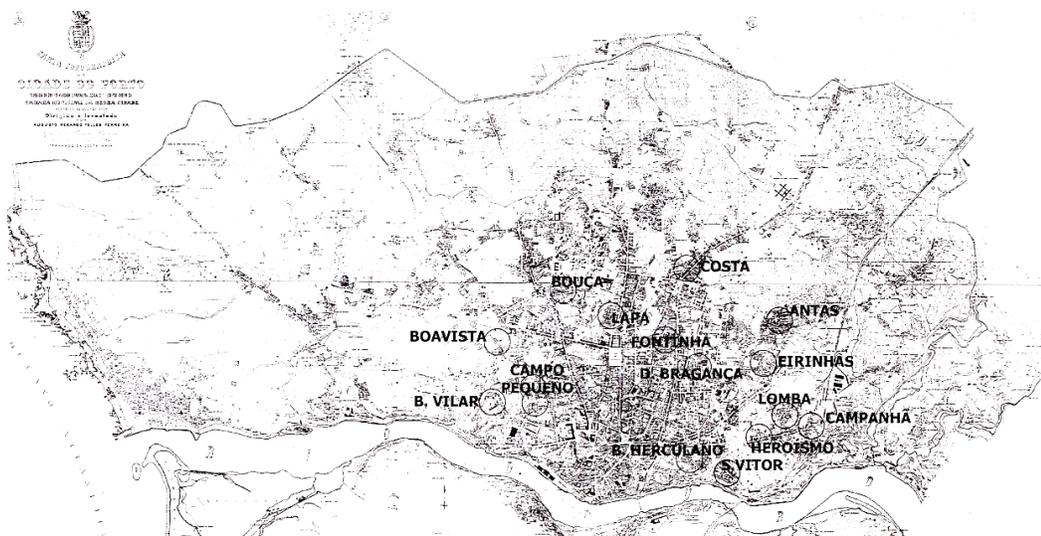
⁴⁵ Idem. Da esquerda para a direita: ilha construída num único lote; ilha construída em dois lotes, com corredor central; ilha construída em dois lotes, com as casas dispostas costas-com-costas e dois corredores laterais de acesso; ilha construída em terrenos de traseiras correspondendo a vários lotes, com filas sucessivas de casas construídas costas-com-costas (Teixeira, 1996, idem).

⁴⁶ No fim do século XIX 30% da população da cidade vive em ilhas; em 1931 cerca de 13500 casas em ilhas – 20% da população (CMP, 2000, idem). Em 2000 5% da população da cidade vive em ilhas. Um levantamento de 1939 revela que existiam no Porto 13000 casas de ilha, onde viviam cerca de 19% dos habitantes. Em 1999 são menos de 5000 as casas deste tipo, sendo 150 municipais, onde vive 1,6% da população do Porto (Pelouro de Habitação e Acção Social, 1999; ver ainda Pelouro de Habitação e Acção Social, 2000; Pelouro de Habitação e Acção Social. *Estudo socioeconómico da habitação social. Porto*. Porto: C. M. P, 2001a; Pelouro de Habitação e Acção Social (2001b). *As “ilhas” do Porto - Estudo socioeconómico*. Porto: C. M. P, 2001b).

⁴⁷ A maior parte das ilhas foi construída entre 1864 e 1900, metade destas entre 1878 e 1900 (Teixeira, 1996, idem).

dominante como residência na cidade, é denunciada, iniciando-se um longo caminho de problematização urbana e social e conseqüente chamada dos poderes públicos para a resolução do problema.

Figura#3 - Localização das principais áreas de ilhas, planta de 1892.



Fonte: Rodrigues (2002), adaptado de Teixeira (1996).

São abundantes e ricas as descrições gráficas, impressionistas, das ilhas no início do séc. XX. “[T]ristes habitações de gente pobre, explorada descartavelmente pela ganância dos senhorios; casebres, de ordinário imundos, quase sempre iguais e unidos, formando um ou dois renques, por entre os quais passa um beco, na maior parte dos casos sem saída” (Moreira, 1904 cit. Alves Costa et al., 1979, p.20)⁴⁸. O grande epidemiologista Ricardo Jorge, figura de incontornável na origem da saúde pública da cidade, nomeadamente no controlo da peste bubónica, denuncia que os de a ilha como foco de insalubridade e fonte de doença e mortalidade: “Pelos ilhas há verdadeiros morticínios de Herodes; os inocentes caem a oito” (Jorge, cit. Moreira e Pizarro, 2015, p.1)⁴⁹.

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ PIZARRO, MANUEL e MOREIRA, RUI “Prefácio” In. VÁZQUEZ, Isabel e CONCEIÇÃO, Paulo (coord.). **Ilhas do Porto: levantamento e caracterização**, Porto, Domus Social, 2015, p. 1-3.

Está assim identificado o segundo espaço-tempo de marginalização na cidade: a ilha.

Pode-se verificar nesta época, uma série de iniciativas que se constituem como casos pontuais de tentativa de resolução do problema habitacional na cidade⁵⁰. Porém, é a partir dos anos 40, e principalmente a partir dos anos 50, que se verifica uma intervenção ‘de fundo’ na questão da habitação alicerçada em abruptas ações de realojamento nomeadamente das ilhas para os bairros sociais, como se abordará mais adiante.

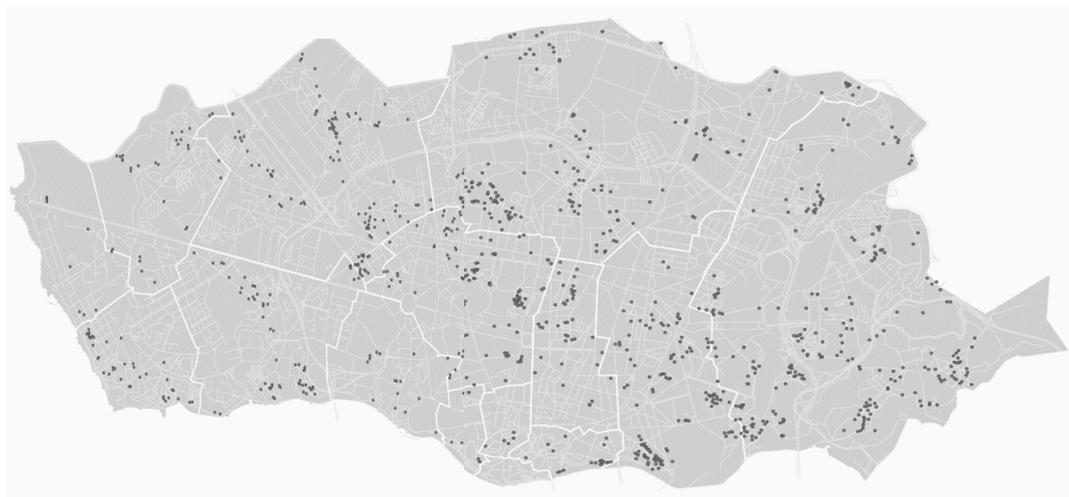
Na cidade coabitam, na atualidade, ilhas privadas e ilhas camarárias, vilas e bairros operários, centrados na dominância da construção horizontal...

Como referem o atual presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Moreira, e o vereador da ação social Manuel Pizarro, no prefácio ao recente livro *Ilhas do Porto: levantamento e caracterização*⁵¹, “Ao longo dos últimos 150 anos, a cidade conviveu mal com as ilhas” (p.1).

Figura #4: Localização atual dos núcleos habitacionais.
957 núcleos - incluindo ilhas, bairros operários, vilas operárias, quintais e ilhas atípicas.

⁵⁰ Como resposta à necessidade de melhores condições habitacionais, surgem iniciativas pontuais de construção de bairros operários por parte de algumas indústrias para alojar os seus empregados qualificados e com bom comportamento (Alves Costa e col., 1979, p.20); em 1918 surge a primeira proteção estatal para a construção de residências económicas; em 1933 o Estado Novo cria o regime das casas económicas em grupos, com a intenção de reproduzir a estrutura da aldeia na cidade.

⁵¹ VÁZQUEZ, Isabel e CONCEIÇÃO, Paulo (coord.). **Ilhas do Porto: levantamento e caracterização**, Porto, Domus Social, 2015.



Adaptado de “Ilhas do Porto: levantamento e caracterização” (2015).⁵²

Do esquecimento e estigmatização deste tipo de habitação, recentemente, observa-se uma redescoberta da ilha e dos seus potenciais urbanos, acompanhando, também, um contexto de retro urbanismo. A ilha sai progressivamente da penumbra e ocultação, é valorizada enquanto tipologia habitacional e memória da cidade que se quer requalificar e patrimonializar atraindo populações que não as características das velhas ilhas. Corre-se pois o risco de colocar, rapidamente, a ilha no campo da cidade espetáculo e, assim, sujeitando-a à especulação, à mercantilização e ao enobrecimento.

Os Bairros Sociais

A emergência dos bairros sociais na cidade associa-se intimamente aos planos formais de desenvolvimento urbano e aos processos de realojamento social geralmente não voluntários para moradores e concretizados de forma autoritário e desumanizante.

Em 1940 inicia-se o plano de salubridade das ilhas, ora pela sua demolição, ora pelo seu melhoramento - verificando-se, simultaneamente, a primeira fase de construção dos bairros sociais na periferia, inserida na política das obras públicas do "Estado Novo" (designação do período de ditadura em Portugal), que se centra no benefício das estradas,

⁵² Idem.

nos edifícios públicos, nos bairros de habitação social e na prática urbanística centrada no embelezamento (Costa Lobo, 1995)⁵³.

“[A] viragem decisiva no desenvolvimento económico que caracteriza a década de cinquenta, trazendo a progressiva hegemonia aos interesses do capital industrial, põe na ordem do dia a necessidade de aplicar as modernas técnicas de programação e controlo do crescimento da cidade, no sentido de ordenar aquele mesmo crescimento em função da «racionalidade» do desenvolvimento” (Alves Costa et al., 1979, p.28)⁵⁴.

Torna-se necessário, nessa altura, proceder a um empreendimento no sentido de melhorar a imagem da cidade; é necessário libertar os terrenos do centro da cidade que estão impregnados pelas insalubres ilhas. Surge então, neste contexto, o Plano de Melhoramentos de 1956, que inicia a longa história dos bairros sociais. Dos planos para a cidade, destaca-se aqui, e no contexto da passagem da ilha para os bairros sociais, o Plano de Melhoramentos de 1956 e, no contexto da intervenção na habitação social, o Programa especial de Realojamento criado em 1993.

Os bairros sociais e os vários planos urbanos de iniciativa autárquica e governamental surgem com resposta à densificação central, às questões de salubridade que afetam classes que não as populares e à necessidade de afastamento de determinado tipo de populações do centro. São, então, excelentes analisadores do processo de marginalização socio-espacial. Pode dizer-se que, com o bairro social, passa-se da habitação de baixa renda horizontal, passa-se das casas do centro histórico, com o máximo 5 andares, para a verticalização com mais de 5 andares e a habitação de bloco...

O Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto de 1956, cuja figura de referência é o J. A. Machado Vaz, presidente da Câmara Municipal do Porto, insere-se então numa política de expansão urbana, refletindo influências do planeamento urbano moderno, reforçando, por exemplo, tal como célebre Plano de Auzelle (1962), que constitui uma adaptação a este, a zonificação e renovação da cidade, tão favorável à espacialização social e que traduz a política de renovação urbana que desenvolve a desertificação do centro e a

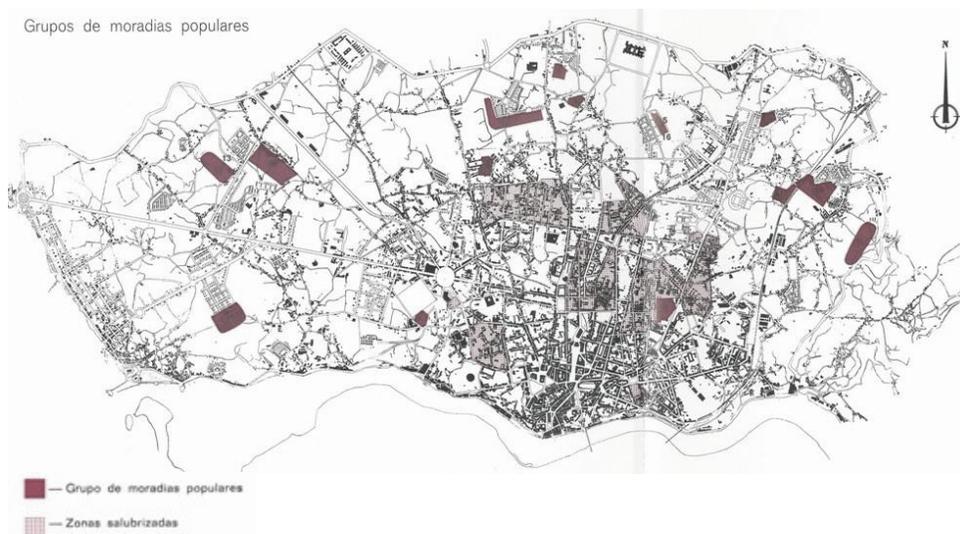
⁵³ COSTA LOBO, Manuel. “Planeamento urbano em Portugal”. **Sociedade e Território. (Sub) Urbanismos e Modos de Vida**, 1995, n.21, p. 8-18.

⁵⁴ Idem.

concentração periférica já que promovem o crescimento dos concelhos circundantes à cidade e destina o centro à atividade terciária.⁵⁵

O plano pretende dar continuidade ao 'combate' e irradiação das ilhas construindo bairros municipais e executando o realojamento de grande parte da população do núcleo histórico e ilhas para os bairros. Ao abrigo deste plano foram construídos entre 1956 e 1966 6072 fogos, foram demolidas 4464 e realojadas ou transferidas 24700 pessoas (ver Figura #5).

Figura #5 – Plano de Melhoramentos (1956-1966)



Fonte: Pelouro da Habitação e Acção Social (1999).

Sob alçada deste plano, grande parte dos moradores das ilhas, inclusive as do miolo histórico e os moradores são novamente obrigados a acompanhar o deslocamento da habitação de baixa renda; são impelidos a acompanhar esta remoção para o bairro pois, novamente, não possuem alternativas. A construção dos bairros sociais aparece como

⁵⁵ “devem ser mobilizadas áreas suficientemente amplas para se tornar possível a consideração no seu verdadeiro plano das exigências do desenvolvimento e do progresso de uma grande urbe como o Porto, e o preenchimento das condições indispensáveis para o seu crescimento correcto e ordenado e para o descongestionamento gradual das suas áreas centrais, hoje excessivamente ordenadas” (Conferência de Imprensa do Ministro Arantes e Oliveira sobre o Plano de Melhoramentos para a Cidade do Porto, 1956, cit. Alves Costa et al. 1979, p.29).

urgência urbana, arranjam-se rapidamente terrenos periféricos, constrói-se de forma rápida e barata os seus fogos, negligencia-se o seu espaço público, as infraestruturas e as acessibilidades. E negligencia-se todas esferas de vida das pessoas, grupos e comunidades: o corte dos laços comunitários que na ilha e no núcleo histórico se desenvolveram e solidificaram constitui uma política deste plano que intencionalmente distribui os seus habitantes por bairros diferentes! Com este plano corporiza-se, pois, “a maior e mais sistemática operação de rejeição para a periferia de populações urbanas de nível de vida mais baixo” (Alves Costa et al., 1979, p.29)⁵⁶.

Os novos bairros, os subúrbios, aparecem como uma inevitável desconcentração resultante da grande densidade urbana, desenvolvendo-se num sistema que os reproduz numa lógica de perversidade habitacional (Abrantes, 1994; Gross, 1994; Guerra, 1994)⁵⁷. A construção e produção massiva de grandes bairros periféricos, maioritariamente desligados da malha urbana envolvente, está associada a situações de marginalidade urbana que, por sua vez, expressam as desigualdades sociais (Ferreira, Ferreira e Pimenta, 2001)⁵⁸; reproduz-se a desigualdade e espacialização social.

Desde o início do realojamento massificado em habitações verticais que os bairros sociais se constituíram como guetos sociais e locais de rápida degradação física e vivencial (Ferreira, 1994)⁵⁹. O autor caracteriza os bairros sociais tradicionais pela monotonia da sua arquitetura, materiais/construção de baixa qualidade e a ausência de espaços públicos e equipamentos. Também Costa Pinto (1994)⁶⁰ salienta algumas particularidades morfológicas e urbanísticas do alojamento social: construção em zonas periféricas, relativamente aos centros sociais e económicos da cidade; carácter descontínuo da construção relativamente à malha urbana envolvente; distanciamento das principais vias de comunicação; espaços com função exclusiva de habitação que desta forma negligência as

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ ABRANTES, Teresa. “Efeitos perversos» dos bairros sociais. Observações e sugestões”. **Sociedade e Território**, n. 20, 50-55, 1994; idem; idem.

⁵⁸ FERREIRA, José, FERREIRA, Leonor e PIMENTA, Manuel (2001). **O problema da habitação social**. http://www.cm-porto/cidade/pe34_habitacao_social.asp, acedido a Maio de 2002.

⁵⁹ FERREIRA, António. “Habitação social: Lições e prevenções para o PER”. **Sociedade e Território**, 1994, n. 20, p. 8-10.

⁶⁰ COSTA PINTO, TERESA. “A apropriação do espaço em bairros sociais: O gosto pela casa e o desgosto pelo bairro”. **Sociedade e Território**, 1994, n. 20, p. 36-43.

necessidade sociais, laborais, de lazer. Na mesma linha, Teresa Salgueiro (2000)⁶¹ sublinha que na organização espacial da cidade, os bairros sociais estão situados normalmente na periferia e apresentam carência em equipamentos sociais, acessibilidade, transportes e infraestruturas. Enfim, os bairros sociais são, logo à partida vulneráveis fisicamente, nomeadamente no que se refere aos materiais, arquitetura e espaços públicos, vivencialmente e socialmente. O alojamento social, neste caso o bairro social, reúne, reforça-se, as condições necessárias para a reprodução da marginalização socio-espacial.

Lugares resultantes de uma produção desigual do espaço, de uma espacialização social, os bairros sociais são também lugares alvos de apertado controlo comportamental. Com salienta Gross, 1994⁶², o Estado empenhou-se em moldar o *habitus* dos seus habitantes, estabeleceu normas de seleção dos beneficiários desse tipo de habitação e oficializou um sistema de vigilância da utilização desse espaço⁶³.

Na construção social ao redor dos bairros sociais, observa-se uma representação de *temor*, distanciamento e de repulsa relativamente a estes locais. Segundo Carla Machado (2000)⁶⁴, este temor relaciona-se com um processo de legitimação que se refere ao desconhecimento e evitamento que a dita ‘normatividade’ tem desses espaços e da população que os habitam. Neste processo retroalimenta-se e reproduz-se a ordem social, sustentam-se estereótipos e imagens sociais dirigidos aos espaços e às pessoas que os habitam, ou seja, aos lugares. Promove-se, assim, diferenciações e distanciamento sociais, reproduzindo a espacialização, desigualdade e fragmentação social. Isabel Guerra (1994) sublinha que, nesta dinâmica de estigmatização que se estabelece entre os habitantes dos bairros sociais e a sociedade em geral, as pessoas que habitam esses espaços interiorizam a sua imagem socialmente desvalorizada, a condição de “habitar nesses bairros é arriscar a

⁶¹ SALGUERIRO, Teresa “Fragmentação e exclusão nas metrópoles”. **Sociedade e Território, Marginalidades e exclusão**, 2000, n. 30, p. 16-25.

⁶² GROSS, Marielle. “«Pequena» história do alojamento social em Portugal”. **Sociedade e Território**, 1994, n. 20, p. 80-90.

⁶³ Nos bairros camarários, durante o Estado Novo, ou seja, durante o grande período da ditadura portuguesa, existiam fiscais que faziam cumprir o regulamento de ocupação com poder para, por exemplo, multar habitantes que possuíssem um gato, levantassem a voz ao vizinho, etc. (Alves Costa et al., 1979).

⁶⁴ *Idem*.

imagem de se ser marginal, delinquente, indesejável” (p.11)⁶⁵. A cidade normativa, através de atribuições simbólicas que legitimam e reforçam e mantêm estigmas e estereótipos, trata os bairros e os seus habitantes como laboratório do crime, laboratório da droga, laboratório da imoralidade reproduzindo a espacialização e distanciamento social. Observa-se uma forte interiorização, por parte de residentes em áreas marginalizadas, de uma imagem negativa proveniente da opinião pública que, naturalmente, criticam fortemente as pessoas que veiculam essa imagem negativa (Costa Pinto e Gonçalves, 2000)⁶⁶.

“[A] percepção de uma imagem pública negativa pode levar a processos de rejeição do contexto residencial, processos esses que têm uma relação estreita com a insatisfação residencial, a qual pode inclusivamente gerar formas de apropriação do espaço que não só reforçam essa negatividade da imagem pública (como por exemplo, actos de vandalismo) como contribuem para gerar dinâmicas de conflitualidade” (Costa Pinto e Gonçalves, 2000, p.103).⁶⁷

Interrompe-se agora esta descrição dos aspetos e processos negativos associados à habitação social e realojamento social, para introduzir um programa exemplar na sua conceção: o SAAL - Serviço de Apoio Ambulatório Local (1974-1976). Após a revolução de Abril de 1974 e com a queda da ditadura em Portugal, observa-se uma grande adesão à luta pelo direito à habitação, principalmente por parte de populações dos bairros pobres que se organizam em ações reivindicativas. Neste cenário destaca-se um serviço, de pouca duração, devido a uma conjuntura política e social complexa, mas que deixou raízes e ensinamentos de excelência no âmbito da habitação social nomeadamente nas tipologias quer de ilha, quer de bairro social sendo este, pode chamar-se de programa-piloto, cada vez mais valorizado e visibilizado, para além dos meios académicos, como boa prática. O processo SAAL marcou as políticas habitacionais de construção da cidade, focado no realojamento de populações e na participação dos moradores no processo, sendo usadas, por exemplo, modelos de autoconstrução que emergem do diálogo horizontal e partilha de saberes entre populações e os arquitetos, os fazedores de cidade. O SAAL procedeu, de facto, a uma participação pública, tenta mudar do processo de *design* convencional, onde se exclui o envolvimento dos residentes, para uma nova visão que começa pela análise dos

⁶⁵ Idem.

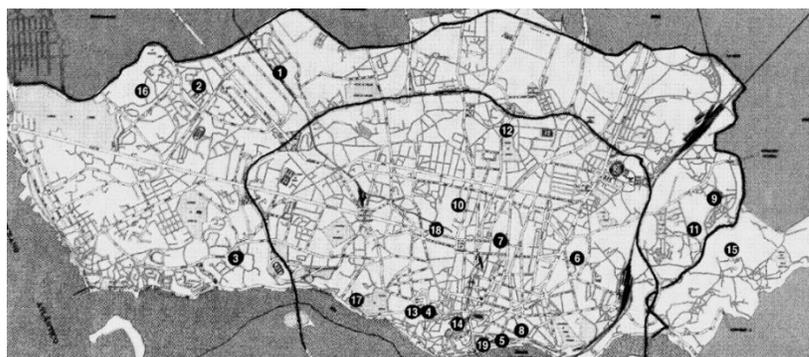
⁶⁶ COSTA PINTO, Teresa e GONÇALVES, Alda “Os bairros sociais vistos por si mesmos.” **Cidades - Comunidades e Território**, 2000, 1, p. 101-111.

⁶⁷ Idem.

recursos e formas locais (Portas, 1979)⁶⁸. Foram elaborados, no contexto do SAAL um grande número de projetos - alguns concretizados, outros concretizados parcialmente, outros ainda não concretizados - inovadores no cenário da habitação social no país e não só; “projectos evolutivos, uns; agrupamentos de baixa altura, na maioria; conjuntos adaptados a médias empresas e ainda, nalguns casos, capazes de incorporar alguma auto-construção” (Portas, 1979, p.112)⁶⁹.

Por fim, destaca-se um plano dos anos 90 do séc. XX que atualmente ainda influencia, com os seus desdobramentos e atualizações, o fazer cidade: o Programa Especial de Realojamento (P. E. R.)⁷⁰ focado no problema da habitação social e do realojamento. O P. E. R. aparece com o objetivo geral de erradicação das barracas existentes nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto (ver Figura #6) propondo dispersar a construção de empreendimentos P.E.R., maximizando a adaptação ao tecido urbano pré-existente; realojar um número significativo de famílias na zona central da cidade, recuperando habitações e contrariando a sua crescente terciarização e efetuar um acompanhamento das famílias a realojar, envolvendo-as no processo, para que possam ser responsabilizados pelos fogos a construir.

Figura #6 O P. E. R. no Porto



Fonte: Adaptado de Pelouro de Habitação e Acção Social (1999)

Legenda: 1- Viso | 2- Choupos | 3- Condominhas | 4- Cordoaria | 5- Duque de Loulé | 6- Eirinhas | 7- Fontinha | 8- Fontainhas | 9- Ilhéu | 10 - Travessa de Salgueiros | 11- Falcão | 12- Monte de S. João | 13- Virtudes | 14- Mouzinho da Silveira/Flores | 15- Lagarteiro | 16- Aldoar | 17-Campo do Rou | 18 - Bouça | 19- Escarpa dos Guindais

⁶⁸ PORTAS, Nuno. “Depoimentos”. **Cadernos da Habitação e do Território. Cidade/Campo**, 1979, n. 2, p. 111-124.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ Criado pelo Decreto-Lei n. 163/93, de 7 de Maio.

Porém, e como observa Ferreira (1994)⁷¹, o programa “tem à partida todos os ingredientes para o desastre: construção massiva, realojamentos concentrados, populações de grande precaridade económica e com graves problemas sociais, serviços da administração burocratizados” (p.10). Seguindo a mesma orientação, Freitas (1994)⁷² considera o carácter paradoxal do realojamento, discutindo nomeadamente se as ações de realojamento se efetuam numa lógica da promoção social das populações, ou se numa lógica de reprodução da pobreza.

Por fim, para Guerra (1994), é necessário deslocar o foco do problema do realojamento das questões financeiras e urbanísticas para as questões sociais. Para a autora, o alojamento “é, antes de mais, um problema social e não um problema de edifícios, tudo isto porque as pessoas não são coisas que se ponham em gavetas” (p.11)⁷³. Para Ferreira (1994)⁷⁴, é necessário, nas ações de realojamento, que este seja disperso pela cidade, com integração dos bairros no tecido urbano e no acesso aos equipamentos urbanos; que os projetos urbanísticos e de arquitetura apresentem diversidade de soluções; que se diversifique as modalidades de acesso (arrendamento, opção de compra e renda resolúvel) e que exista participação e implicação das populações durante todo o processo.

Neste momento, e de acordo com a *domus social* (empresa municipal da Câmara Municipal do Porto), existem no Porto 48 bairros sociais com 12.350 fogos, 11.930 dos quais ocupados, e 29.020 moradores.



⁷¹ Idem.

⁷² FREITAS, Maria João. Os paradoxos do realojamento. *Sociedade e Território*, 1994, II, 20, p. 20-35.

⁷³ Idem.

⁷⁴ Idem.

Figura #7: Bairros Sociais no Porto (2015)

Fonte: Domus social, <http://www.domussocial.pt/habitacoes/c/bairros>

Em síntese, e após esta breve apresentação da história urbana do alojamento social, pode considerar-se que os bairros sociais são, e sempre foram, espaços para excluídos; os excluídos e retirados do centro, os excluídos e retirados das ilhas, os excluídos dos bairros...Os bairros sociaisconstituem a face *obscura* da cidade sendo simbólica e materialmente tratados como tal. São, ainda atualmente, quer simbólica, quer materialmente, espaços *noturnos* da sociedade...

Apontamentos finais

Na abordagem à espacialização social habitacional na história urbana do Porto nos séculos XIX e XX, o centro histórico, a ilha e o bairro social são, ao mesmo tempo que marcos, espaços-tempos do espaço urbano desigual que refletem a história da territorialização social da cidade do Porto. São símbolos, lugares com origem numa determinada época de crescimento e espacialização social na cidade, representam, em camadas temporais e espaciais, espaços e tempos da história urbana deste território. Assim, através de aproximações sucessivas à urbanização e à produção desigual de espaços na cidade do Porto, chegou-se a três lugares: o núcleo histórico da cidade, as ilhas e os bairros sociais. A cidade e os seus territórios carregam pois uma herança de espacialização espacial.

Cada um destes espaços-tempos reflete a diacronia da cidade, no entanto, eles sobrepõem-se espacial e temporalmente, coexistindo, coabitando. Estes três espaços-tempos refletem também a história do realojamento na cidade. O centro, ilha e bairro social é por vezes atravessado pelas mesmas personagens, famílias, comunidades que acompanham e trespassam o desenvolvimento do espaço urbano em geral e as políticas de

reajuntamento em particular; pela situação de vulnerabilidade a que sempre estiveram devotadas, estas pessoas são forçadas a efetuar transições de espaço urbano e de campo de vida indesejadas. Todas estas tipologias habitacionais aqui identificadas acompanham o desenvolvimento do espaço urbano e a história do alojamento social, marcam em camadas espaço-temporais momentos da cidade, sendo que atualmente todas se mantêm, com registo de maior ou menor residualidade e resiliência.

Duas notas se impõem para clarificar o caminho seguido nesta história. A abordagem que aqui se apresenta situa-se no registo da macro produção do espaço urbano marginal na cidade do Porto que aqui se dá conta, focando então na contextualização histórica de lugares que, num campo de forças económicas, urbanísticas e sociais, impulsionadas por determinada ideologia ou ideologias dominante orquestradoras de ritmos sociais, são colocados à margem no desenvolvimento urbano, social. Não se aprofunda aqui, por falta de espaço e tempo, do micro produzido, do contraproduzido, da *poësis* da personagem, grupos e comunidades, não querendo isso significar o descurar da sua relevância e co-contribuição na produção espacial, na sua transação com o macro produzido. Assim, não se envereda pela inevitabilidade de alienação social resultante da reprodução ideológica, à resignação à ditadura ideológica ou sociocultural. Se o espaço é produzido por macro forças, ele é igualmente produzido por micro forças, da personagem urbana, do grupo de bairro, da comunidade.

Por outro lado, esta breve descrição destes espaços-tempos, carece ainda, por falta de espaço e tempo, de uma abordagem às novas realidades desta produção no contexto e cenário de uma produção pós-fordista, de uma neoliberalização do espaço e, consequentemente, de uma difusão da marginalização e segregação. A produção atual de espaço tem novos referentes para a segregação. A relação direta e linear entre social e espacial nem sempre se verifica, havendo ainda uma difusão social da segregação que vai além da ordenação moderna do espaço. Observa-se atualmente a promoção crescente de desigualdade social, que não passa, como na cidade fordista, e nos espaços-tempos aqui abordados, pela criação de uma hierarquia ordenada de estatuto social, mas tende a difundir

a desigualdade sob diversos perfis (Mela, 1999)⁷⁵. A segregação é redefinida e apresenta-se e é apresentada diversamente.

“[A] apropriação do espaço é analisada num contexto menos linear e mais plural, centrando-se no aprofundamento da diversidade dos interesses e dos usos que se fazem do espaço numa apropriação diferencial, fruto do conforto entre lógicas de poder, de mercado, de utilizadores diversificados, etc.” (Guerra, 1998, p.8).⁷⁶

A globalização da economia e a aceleração do processo de urbanização conduziram a uma pluralidade étnica e cultural das cidades, que viabilizam conexões entre populações e modos de vida diversas no espaço urbano (Borja e Castells, 1997)⁷⁷. A globalização expulsa residentes, cria novas centralidades, novas geografias no território urbano (Salgueiro, 1994)⁷⁸. “[T]he part played by postmodern form is to appropriate or restore designated meaning through processes of social and spatial redifferentiation” (Zukin, 1988, p.443)⁷⁹. Nesta apropriação pós-moderna, orientada por princípios neoliberais, os processos de gentrificação são evidentes e convocam uma vigilância permanente da produção espacial que deve tirar os devidos ensinamentos da história urbana. Neste panorama, e seguindo as sugestões de autores como Rapoport (1980, 2001)⁸⁰, Natter e Jones (1997)⁸¹, importa estudar as manifestações e os *poderes* dos espaços produzidos e de esbater e relativizar contextualmente as interpretações dicotomizadas e naturalizantes da cidade e da marginalidade.

⁷⁵ MELA, Alfredo. **A sociologia da cidade**. Lisboa, Editorial Estampa, 1999.

⁷⁶ GUERRA, Isabel. “Mudança social e formas de habitar. Editorial”. **Sociedade e Território. Mudança social e formas de habitar**, 1998, n. 25/26, p. 8-10.

⁷⁷ BORJA, Jordi e CASTELLS, Manuel. “La ciudad multicultural”. **La Factoría**, n.2, p. 1-8.

⁷⁸ SALGUEIRO, Teresa. “Repensar a cidade face a novos desafios”. **Philosophica**, 1994, n. 4, p. 69-80.

⁷⁹ ZUKIN, Sharon. “The postmodern debate over urban form”. **Theory, Culture & Society**, 1988, n. 5, p. 431-446.

⁸⁰ RAPOPORT, Amos. “Cross-cultural aspects of environmental design” In RAPOPORT, Amos; ALTMAN, Irwin e WOHLWILL, Joachim (Eds.), **Environment and culture. Human behavior and environment. Advances in theory and research**, vol. 4. New York, Plenum Press, 1980, p. 7-46; RAPOPORT, Amos. “On the relation between culture and environment”. http://www.cmu.edu/ARIS_3/text/text_raoport.html, 2001, p. 1-18.

⁸¹ NATTER, Wolfgang e JONES I.I.I. “Identity, space, and other uncertainties”. In BENKO, George e STROHAMAYER, Ulf (Eds.). **Space & social theory. Interpreting modernity and postmodernity**. London, Blackwell Publisher, Ltd, 1997, p. 141-161.

